



MPF recomenda regulamentação de carga horária de motoristas rodoviários

O Ministério Público Federal recomendou à Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) que regule a carga horária dos motoristas das empresas que fazem linhas interestaduais e internacionais. O objetivo do MPF é dar mais segurança aos passageiros. A ANTT tem 10 dias úteis, depois do recebimento do ofício, para responder a recomendação.

A ANTT alega que a jornada de trabalho dos motoristas nas linhas interestaduais e internacionais é regida pela legislação trabalhista. O MPF quer que a agência aplique o Código de Defesa do Consumidor para respeitar o direito à vida, à saúde e à segurança dos passageiros.

Segundo os procuradores da República Márcio Schusterschitz da Silva Araújo, de São Paulo, e Carlos Bruno Ferreira da Silva, do Espírito Santo, autores da recomendação, a medida foi feita na ótica dos consumidores. Para eles, as medidas são para que, por exemplo, não sofram um acidente em decorrência do cansaço do motorista.

Foi recomendado, ainda, que a agência regule meios que possam fiscalizar se as empresas estão cumprindo o tempo de descanso dos motoristas antes de voltarem a pilotar o veículo. *Com informações da Assessoria de Imprensa do Ministério Público Federal.*

Date Created

23/07/2009